



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Petrópolis, 10 de outubro de 2022.

Parecer

Processo CMP 0171/2022 - DAJ 290/2022.

Ementa: Dispõe sobre assessoria jurídica gratuita para técnicos que atuem em licenciamento de obras e meio ambiente do Município de Petrópolis.

1. Do Relatório

Trata-se parecer jurídico acerca da viabilidade de tramitação do Projeto de Lei, de autoria dos Ilustríssimos Srs. Vereadores Fred Procópio e Hingo Hammes, que "Dispõe sobre assegurar assessoria jurídica gratuita para técnicos que atuem em licenciamento de obras e meio ambiente do Município de Petrópolis". É o sucinto relatório.

2. Do Mérito - Da Organização Política-Administrativa

O projeto analisado visa assegurar pelo Município de Petrópolis assessoria jurídica aos técnicos (engenheiros, arquitetos, biólogos e outros), em razão do exercício de suas funções, forem processados ou implicados em casos que demandem suporte jurídico e tutela judicial ou extrajudicial. Conforme preceituado na proposta da Ilmos. Vereadores: "Isso se dá, pois estes servidores não possuem suporte jurídico no setor público. Assim não é razoável que estes profissionais tenham que arcar com serviços

9



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

advocatícios por demandas que surgem em decorrência de suas atividades em prol do Município" Passo a analisar:

Ainda que motivada por nobre propósito, o projeto de lei possui vício de inconstitucionalidade formal e material, considerando que viola a competência legislativa concorrente entre a União e os Estados para tratar sobre assistência jurídica gratuita. Não obstante violar a competência legislativa, o projeto de lei viola o princípio da isonomia consagrado pelo art. 5º da Constituição Federal.

A Constituição Federal prevê que "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição". A "autonomia política", sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades aos entes federados para instituir a sua organização, legislação, administração e governo próprios.

A autoadministração e a autolegislação, contemplam o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal.

3. Da Inconstitucionalidade Formal

A assessoria jurídica aos técnicos que atuam em licenciamento de obras e meio ambiente em razão do exercício de suas funções é matéria sobre assessoria jurídica, de competência concorrente entre a União, Estados



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

e Distrito Federal. O artigo 24, XII, §1º e §2º da Constituição estabelecem:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Sob a argumentação de assegurar assessoria jurídica aos técnicos, o projeto de lei violou a competência concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre a prestação de serviço de assistência jurídica.

Conforme determinado no artigo 24, XIII, §1º e §2º, não é competência do Município inovar no ordenamento jurídico sobre assistência jurídica, pois cabe à União editar normas gerais e aos Estados e ao Distrito Federal, normas suplementares.

A Lei Complementar nº 80/1994, em seu art. 4º, §5º adota o modelo público de assistência jurídica por meio da Defensoria Pública:

2



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

§ 5º A assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.

Observa-se que, o art. 30 da Constituição Federal, ao apresentar as competências do Município, não faz menção ao serviço de assistência jurídica gratuita municipal.

Logo, o projeto de lei viola a competência concorrente entre a União e os Estados para legislar sobre assistência jurídica, razão pela qual incorre em vício de inconstitucionalidade formal.

4. Inconstitucionalidade material:

Sob o ponto de vista material, o projeto de lei elaborado pelos Ilustríssimos Vereadores é inconstitucional pelas seguintes razões: i) assessoria jurídica gratuita por meio do Poder Executivo e não por meio da Defensoria Pública; ii) instituição de assistência jurídica pública em âmbito municipal; iii) previsão de possibilidade de convênio com outras entidades para prestação desse serviço.

À medida que institui uma política pública de assistência gratuita de assistência jurídica em favor dos técnicos que atuam em licenciamento de obras e meio ambiente, o projeto de lei contraria o modelo adotado pela Constituição Federal e consolidado a partir da LC 80/1994.

4. Da Violação do Princípio da Isonomia

O projeto de lei, ao instituir assistência gratuita aos técnicos (engenheiros, arquitetos, urbanistas, biólogos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

e outros) que atuam no licenciamento de obras e meio ambiente, com exclusividade, elege uma classe de servidores para conceder uma assistência jurídica especial, violando o princípio da isonomia, determinado no art. 5º da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes

Assim, no que diz respeito ao projeto de lei analisado, a assistência jurídica especial configura um tratamento diferenciado, estabelecendo um privilégio em favor de determinada classe de servidores públicos.

5. Da Representação de Inconstitucionalidade em face da Lei 2.287/2019, do Município de Araruama - Defensoria do Estado do Rio de Janeiro - Precente

É importante, ainda, citar que a Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ) apresentou representação de inconstitucionalidade, junto ao Tribunal de Justiça do Estado, contra a Lei Municipal 2.287/19 de Araruama, que autoriza o Poder Executivo Municipal a disponibilizar assistência jurídica integral e gratuita aos integrantes da Guarda Civil da cidade. Segundo a instituição, entre outros pontos, a norma viola a competência concorrente entre a União e os Estados para legislar sobre assistência jurídica e contraria o modelo constitucional de assistência jurídica pública integral e gratuita.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Na representação de inconstitucionalidade, a Defensoria Pública argumenta que mesmo sob o pretexto de assegurar o direito fundamental dos guardas municipais, a Lei Municipal 2.287/19 contraria o modelo público de assistência jurídica da Constituição e, ainda, gera risco de conflito de interesses entre Município e guarda municipal, o que pode obstaculizar o pleno acesso à justiça.

Após a representação de inconstitucionalidade, a Câmara Municipal de Araruama revogou a Lei Municipal 2.287/19, que autorizava o Poder Executivo Municipal a disponibilizar assistência jurídica integral e gratuita aos integrantes da Guarda Civil da cidade.

3. Da Conclusão

Por todo o exposto, trata-se de parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo a consequente aprovação.

Assim sendo, em obediência às normas constitucionais, esta assessoria jurídica opina pela **INCONSTITUCIONALIDADE do presente Projeto de Lei**. É o parecer, s.m.j.

À superior consideração.


Gabriella Bento

Assessora Jurídica

Mat.1787.087/22